



55ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 29/08/2017

PROCESSO TCE-PE Nº 16100352-7

RELATOR: CONSELHEIRO MARCOS LORETO

MODALIDADE - TIPO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

EXERCÍCIO: 2015

UNIDADE JURISDICIONADA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

INTERESSADOS: FABRICIO FERREIRA MARTINS, MARIA APARECIDA VICENTE

OLIVEIRA CALDAS, MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: "JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR" - OAB: 38738PE

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA

PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

ACÓRDÃO Nº 918 / 2017

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo TCE-PE no 16100352-7, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Acórdão,

Parte:

Maria do Socorro Ferreira de Oliveira

Unidade(s) Jurisdicionada(s):

Fundo Previdenciário do Município de Solidão

CONSIDERANDO o recolhimento parcial das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o montante das contribuições previdenciárias não repassadas pelo Poder Executivo Municipal ao FUNPRESOL não foi de grande monta (19,90% do valor devido);

CONSIDERANDO que a inobservância dos prazos para o recolhimento integral das contribuições previdenciárias acarreta o pagamento de acréscimos pecuniários;

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo de Previdência do Município de Solidão não realizou os procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis para receber as contribuições previdenciárias não recolhidas;

CONSIDERANDO a prorrogação indevida de contratos;

CONSIDERANDO que a gestão do fundo de previdência não realizou a avaliação atuarial de 2016 (data-base 31/12/2015);

CONSIDERANDO a ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados;

CONSIDERANDO as aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010;



CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, incisos II e VIII, § 3º, combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso III, alínea(s) "b", da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)

Em julgar **Irregulares** as contas do(a) Sr(a) Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, relativas ao exercício financeiro de 2015

Parte:

Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas

Unidade(s) Jurisdicionada(s):

Fundo Previdenciário do Município de Solidão

CONSIDERANDO o recolhimento parcial das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o montante das contribuições previdenciárias não repassadas pelo Poder Executivo Municipal ao FUNPRESOL não foi de grande monta (19,90% do valor devido);

CONSIDERANDO que a inobservância dos prazos para o recolhimento integral das contribuições previdenciárias acarreta o pagamento de acréscimos pecuniários;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, incisos II e VIII, § 3º, combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso III, alínea(s) "b", da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)

Em julgar **Irregulares** as contas do(a) Sr(a) Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas, relativas ao exercício financeiro de 2015

Unidade Jurisdicionada: Fundo Previdenciário do Município de Solidão

DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, que o(s) atual (is) gestor(es) da unidade jurisdicionada acima, ou quem vier a sucedê-lo(s), atenda(m) às medidas ou recomendações a seguir relacionadas, a partir da data de publicação desta decisão, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado Diploma legal:

1. Em caso de atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte dos órgãos e entidades da administração municipal, valer-se das medidas administrativas e judiciais para cobrança dos valores devidos, com os acréscimos pecuniários previstos em lei;
2. Nas prorrogações contratuais, realizar pesquisa de mercado que venha a comprovar que o contratado oferece os preços e as condições de pagamento mais vantajosas para a administração pública;
3. Realizar reavaliação atuarial do RPPS anualmente;
4. Providenciar o registro de forma individualizada das contribuições previdenciárias dos servidores, conforme exigência contida no artigo 18 da Portaria MPAS nº 402/2008;
5. Adequar as aplicações financeiras dos recursos do Fundo ao disposto na Resolução CMN nº 3.922/2010.

E, finalmente, **DETERMINAR** os seguintes encaminhamentos:



1. Ao Prefeito do Município de Solidão: Repassar ao Fundo de Previdência Municipal os valores integrais das contribuições previdenciárias, acrescidos dos encargos moratórios previstos em lei, em caso de recolhimentos com atraso.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO: CARLOS PIMENTEL

CONSELHEIRO, relator do processo: MARCOS LORETO

CONSELHEIRO, Presidente da Sessão: VALDECIR PASCOAL

Procurador do Ministério Público de Contas: GUIDO ROSTAND CORDEIRO MONTEIRO